

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PNAE: UMA ANÁLISE DE INICIATIVAS DA GESTÃO FEDERAL

POSSIBILITIES AND CHALLENGES OF FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION IN THE PNAE: AN ANALYSIS OF FEDERAL MANAGEMENT INITIATIVES

Recebido: 10/01/2021 | Aceito: 08/05/2021 | Publicado: 20/06/2021

Mariana Belloni Melgaço

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2894-1120>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7545422375703510>
Universidade de Brasília, UnB, Brasil
E-mail: mariana.melgaco@fnde.gov.br

Thais Salema Nogueira de Souza

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0810-6665>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8849469837103891>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil
E-mail: thaissalema@gmail.com

Marília Bohnen de Barros

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0914-0440>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5499641925525749>
Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil
E-mail: marillia.barros@fnde.gov.br

Solange Fernandes de Freitas Castro

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6648-7910>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9934252944700886>
Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil
E-mail: solange.castro@fnde.gov.br

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. Apesar da importância da EAN para o Programa, estudos demonstram diversos entraves para a sua consolidação nas escolas públicas brasileiras. Este estudo objetivou verificar as iniciativas de fomento e apoio às ações de EAN desenvolvidas no âmbito da gestão federal do PNAE a partir do ano de 2015 e se estão em consonância com o proposto no marco legal do PNAE. Para isso, foi realizada uma análise documental a fim de analisar as ações da gestão federal do PNAE que abordam este tema. O estudo permitiu identificar que as iniciativas de EAN possibilitam que o Programa se constitua em um espaço de aprendizagem, produção de conhecimento e formação de hábitos saudáveis de vida.

Palavras-chave: Educação Alimentar, Alimentação Escolar, Políticas Públicas, Educação.

ABSTRACT

Food and Nutrition Education (EAN) is one of the guidelines of the National School Feeding Program, the PNAE. Despite the importance of the EAN for the Program, studies demonstrate several obstacles to its consolidation in Brazilian public schools. This study aimed to verify the initiatives to promote and support EAN actions developed within the scope of PNAE's federal management from 2015 onwards and whether they are in line with what is proposed in PNAE's legal framework. A documental analysis was carried out in order to analyze the actions of PNAE's federal management that address this issue. The study made it possible to identify that the EAN initiatives allow the Program to become a space for learning, knowledge production and healthy lifestyle habits formation.

Keywords: Food Education. School Feeding. Public Policy. Education.





1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, define como alimentação escolar a oferta, durante o período letivo, de todo e qualquer alimento no ambiente da escola. Essa mesma legislação apresenta as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, que são: o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino; a universalização do atendimento; a participação da comunidade no controle social; o apoio ao desenvolvimento sustentável, incentivando a agricultura familiar e a produção de alimentos em âmbito local; e a garantia da segurança alimentar e nutricional dos alunos (BRASIL, 2009).

As diretrizes do PNAE apontam para um objetivo principal, que é o que se busca alcançar a partir da implementação do Programa: de acordo com o artigo quarto dessa lei, o Programa deve contribuir, tanto para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, quanto para seu rendimento escolar e para a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009). Tal objetivo deve ser cumprido não só pela oferta de refeições saudáveis, mas também por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional.

A Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, em seu artigo 14, também define questões importantes sobre a EAN. Ela explicita a responsabilidade das Secretarias de Estado da Educação (SEDUC), das Prefeituras Municipais e das escolas federais, mediante atuação coordenada dos profissionais de educação, do responsável técnico e de nutricionistas, no que se refere à inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem. Esse fato deve perpassar, de maneira transversal, o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas e habilidades que promovam modos de vida saudáveis, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020).

Verificamos, então, que o PNAE é regido por legislações que dão embasamento robusto para a implantação de educação alimentar e nutricional nas escolas. E as ações de EAN são fundamentais para a boa execução do Programa e a compreensão da alimentação como um direito humano, uma vez que são capazes de sensibilizar alunos e toda a comunidade escolar.

Vale ressaltar que, para o Plano Plurianual 2020-2023, estabelecido pela Lei 13.971/2019 (BRASIL, 2019), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) propôs a inclusão de metas anuais e progressivas de apoio técnico para as unidades escolares (de 40% em 2020 a 50% em 2023), promovendo ações voltadas para a inclusão da EAN nos currículos escolares.

É clara, portanto, a importância da EAN para o PNAE e a necessidade de desenvolvimento planejado, permanente e contínuo de atividades relacionadas ao tema nas escolas.

Apesar da relevância da EAN para o PNAE e dos avanços nesse campo, existem ainda muitos entraves para a sua realização no ambiente escolar. É necessário ampliar os estudos sobre a forma como ela é realizada, suas possibilidades e seus limites. Mas há presença insuficiente da EAN nos programas públicos, pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas, falta de investimento na formação dos profissionais envolvidos com relação às diferentes áreas de conhecimento, dentre outros problemas (BRASIL, 2012).

O PNAE, apesar de ser o programa de alimentação e nutrição de maior amplitude e longevidade no Brasil, permanece em busca de consolidar parte de seus fins. Além do objetivo de suprir parcialmente as necessidades nutricionais diárias dos escolares, o Programa também busca estimular a realização de ações de EAN junto à comunidade escolar, articuladas com a coordenação pedagógica da escola.

Estudos demonstram que houve um avanço da EAN, tanto nos documentos oficiais relacionados às políticas públicas no campo da alimentação e nutrição no Brasil, como nos discursos sobre a temática. Entretanto, esse crescimento não é notado nas práticas cotidianas desenvolvidas pelos profissionais que atuam com a EAN (SANTOS, 2005; 2012).



No âmbito do Ministério da Educação, Santos (2012) cita como avanços a publicação da Portaria Interministerial nº 1.010/2006, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas da educação básica das redes públicas e privadas, em que a educação alimentar e nutricional é um dos eixos prioritários. Também cita o PNAE e as inúmeras alterações no seu aparato legal, propiciando cada vez mais a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, em especial no projeto político-pedagógico da escola, perpassando por todas as áreas de conhecimento previstas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares, conforme previsto nos documentos que regem o Programa.

Porém, percebe-se que existe um obstáculo entre o que ocorre no ambiente escolar e a alimentação escolar. Estudos demonstram que a dimensão pedagógica e educativa da alimentação escolar é pouco ou nada explorada em salas de aulas ou em outros momentos educativos. Tentativas têm sido feitas há décadas, mas, no espaço escolar, não existem práticas planejadas e continuadas de EAN (BEZERRA, 2018).

Zancul (2017) ressalta a importância de atuações e práticas de EAN que extrapolem a abordagem exclusivamente biológica. O momento atual é marcado por excessos e privações alimentares, além de padrões estéticos que circulam amplamente nos meios de comunicação e que influenciam o comportamento alimentar de crianças e jovens. Para que os estudantes possam desenvolver uma relação mais feliz e saudável com a alimentação, é necessário repensar como as questões alimentares são abordadas nas escolas. É primordial aprofundar a discussão e a compreensão de que a EAN extrapola questões biológicas e se relaciona profundamente a aspectos emocionais, sociais, econômicos, culturais e comportamentais como, por exemplo, a afetividade e outras questões, que nos levam a comer além do necessário e do ato de nutrir o corpo.

Uma revisão sistemática dos trabalhos científicos publicados entre 2016 e 2017 apontou para um aumento das publicações neste período, porém, em nenhum dos estudos foram utilizadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem. Os autores discutem que essas metodologias são efetivas na adesão do educando; entretanto, há pouco conhecimento sobre sua definição e importância (OLIVEIRA; MASIERO; SILVA; BARROS, 2018).

Apesar da Portaria nº 1.010/2006 (BRASIL, 2006) e da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009) ressaltarem a importância da EAN no processo de ensino e aprendizagem, perpassando o currículo escolar, Bezerra (2018) reforça que a alimentação escolar continua sendo basicamente uma ação de suplemento alimentar.

Santos (2012) aponta dois entraves importantes para o desenvolvimento das ações de EAN. Apesar do interesse de diversos órgãos governamentais em formular políticas e ações referentes à promoção da alimentação adequada e saudável, existe um hiato entre os discursos e as práticas em torno da educação alimentar e nutricional, entre a formulação das políticas públicas e as ações que são desenvolvidas no âmbito local.

O uso de materiais educativos para a formação de profissionais ou para o apoio à realização de ações junto aos escolares e à comunidade escolar ainda é uma prática comum e necessária no ambiente escolar. Para que esses materiais promovam aprendizagens significativas, é recomendável incluir a participação dos atores aos quais se destinam – como escolares, professores e merendeiras, em diferentes etapas de sua produção. Esse processo participativo permite o respeito e a valorização dos saberes, culturas e demais aspectos locais.

As ações educativas em alimentação e nutrição ainda são muito baseadas em modelos tradicionais, fundamentados na transmissão de informações, prevalecendo técnicas como palestras, produção de materiais informativos, dentre outros. Destaca-se, então, a urgência para a construção de novas perspectivas em práticas de educação alimentar e nutricional (SANTOS, 2005).



Ramos, Santos e Reis (2013) ressaltam a relevância dos estudos e pesquisas sobre o tema da educação alimentar e nutricional que possam colaborar para a construção de práticas educativas em alimentação e nutrição realmente eficazes.

Este estudo teve então como objetivo verificar as iniciativas de fomento e apoio às ações de EAN desenvolvidas no âmbito da gestão federal do PNAE a partir do ano de 2015 e se estão em consonância com o proposto no marco legal do Programa. As dificuldades para a educação em saúde, especialmente em relação às práticas de educação alimentar e nutricional, ainda são muitas. Pesquisas nesta temática, como a que se propõe neste estudo, podem colaborar com a melhora na execução do programa educacional desenvolvido pelo governo federal, contribuindo com o avanço na efetividade das ações de EAN nas escolas, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada.

2. INICIATIVAS E AÇÕES DE FOMENTO E APOIO A EAN NO ÂMBITO DO PNAE

Buscando conhecer e analisar o papel da EAN no PNAE, consideramos necessário analisar quais são as iniciativas e as ações de fomento e apoio a EAN desenvolvidas pela gestão federal do Programa executado pelo FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação. A análise dessas ações possibilitou um olhar ampliado sobre a EAN no PNAE.

Para o levantamento dos dados, foi realizada uma pesquisa documental, que na perspectiva de Gil (2002), é uma técnica que se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa apresenta uma série de vantagens, dentre as quais a de que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como as sociedades mudam constantemente, as fontes documentais são importantes para captar essas transformações sociais, culturais, políticas e de valores, dentre outras.

Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Esses documentos podem proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para seu estudo (GIL, 2008, p. 147).

Os dados levantados a partir da análise documental foram avaliados com o objetivo de verificar a existência de concordância entre o que foi pesquisado nas iniciativas de EAN e a questão levantada no objetivo que norteia essa pesquisa.

Considerando o elo entre o PNAE e a EAN, a Coordenação-Geral do PNAE tem implementado ações que visam o fortalecimento da EAN no ambiente escolar e a inclusão da temática no processo de ensino e aprendizagem.

Partindo, então, da premissa de que ações de EAN possibilitam o desenvolvimento da autonomia e do autocuidado, tornando os estudantes produtores sociais de sua saúde, considerando o amparo das diretrizes dispostas na Lei 11.947/2009, e o cenário epidemiológico preocupante de sobrepeso e obesidade, o FNDE tem buscado criar espaços intersetoriais de construção coletiva, dialógica e multiprofissional para a promoção da saúde no ambiente escolar.

Uma dessas iniciativas é a Jornada de Educação Alimentar e Nutricional, que ocorre anualmente desde 2017. A Jornada consiste na seleção, divulgação e publicação das ações de EAN executadas nas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental, incentivando o debate e a prática no ambiente escolar, dando visibilidade àquelas já desenvolvidas nas escolas públicas, tendo como eixo orientador a promoção da alimentação adequada e saudável e a prevenção da obesidade infantil.

As edições da Jornada aconteceram ao longo do ano letivo, em etapas, cada uma com um tema diferente para o desenvolvimento de uma ação. Os dados referentes ao número de



escolas inscritas, as que concluíram a Jornada e a quantidade de atividades realizadas encontram-se no Quadro 1:

Quadro 1 – Dados da Jornada de EAN por ano, 2017 a 2019

Ano	Número de escolas inscritas	Número de escolas que concluíram a Jornada	Número total de atividades realizadas pelas escolas	Etapas de Ensino Contempladas
2017	467	174 (37,25%)	1.206	Educação Infantil
2018	870	441 (50,68%)	2.036	Educação Infantil e Ensino Fundamental I
2019	788	414 (52,53%)	1.860	Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do sistema de informação do FNDE, 2021.

A Jornada de Educação Alimentar e Nutricional tem mobilizado escolas públicas de todo o Brasil e, a cada edição, há um aumento no percentual de participantes que concluem o evento, como se pode observar no Quadro 1. Isso mostra a relevância que essa ação vem ganhando na rede de escolas públicas e o papel estratégico da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) no incentivo e apoio ao desenvolvimento de ações de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas. As experiências apresentadas pelas escolas dentro dos temas propostos em cada uma das edições da Jornada passaram por avaliação com critérios previamente definidos em edital, sendo que as mais bem-classificadas tiveram seus relatos e fotos das ações publicados em livros¹. Cada edição da Jornada deu origem a uma publicação que é fruto de um processo de incentivo ao debate e à prática de ações de EAN na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. As publicações dão visibilidade a iniciativas criativas e transformadoras experimentadas em diferentes realidades, expressando a riqueza, a diversidade e a potência da EAN nas escolas públicas brasileiras. Além disso, o livro tem como objetivo inspirar e motivar as escolas a novos fazeres e práticas, promovendo processos coletivos e interdisciplinares de EAN.

A cada edição foram propostos novos temas, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 2 – Descrição dos temas trabalhados na Jornada de EAN por ano, 2017 a 2019

Ano	Temas Trabalhados
2017	Alimentação complementar e Prevenção da obesidade infantil
	Alimentos regionais brasileiros
	Prevenção e redução de perdas e desperdícios de alimentos
	Horta escolar pedagógica
	Agricultura familiar na escola
2018	Atividades lúdicas para o desenvolvimento social e relacionado ao ato de comer
	Comida de verdade na escola
	Promovendo a alimentação adequada e saudável no currículo escolar
	Propaganda e publicidade de alimentos para o público infantil
2019	Envolvimento da família na alimentação escolar: vamos aprender juntos!
	Merendeira como agente transformadora da alimentação escolar
	Sustentabilidade na Alimentação Escolar
	Imagem corporal e bullying
	Movimento + Comida de Verdade = Saúde

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do sistema de informação do FNDE, 2021.

¹ Os livros da Jornada foram impressos e também estão disponíveis de forma virtual no seguinte endereço eletrônico: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar-nutricional>



Estudo realizado por Lourenção (2019) em Centros Municipais de Educação Infantil do município de Lavras, em Minas Gerais, utilizou a Jornada de EAN como um dos módulos da intervenção educativa com o objetivo de qualificar funcionários das escolas (diretoras, coordenadoras pedagógicas, professoras e auxiliares de serviços gerais). Chegou-se à conclusão de que o projeto de intervenção educativa desenvolvido contribuiu para a ampliação do conhecimento sobre alimentação e nutrição das educadoras.

A Jornada de EAN tem sido uma ação constante e estava prevista para ocorrer em 2020. Por conta da suspensão das aulas presenciais nas escolas de educação básica, decorrente da pandemia do novo coronavírus, o FNDE decidiu transferir a 4ª edição da Jornada para 2022.

Para que esta iniciativa de fortalecimento da EAN no PNAE seja efetiva, deve ser desenvolvida de forma contínua pelo FNDE, incentivando as escolas a participarem e envolverem toda a comunidade escolar nas atividades da Jornada. É necessário que haja também iniciativas que contribuam para a adesão de um maior número de escolas participantes, fortalecendo a promoção de práticas saudáveis de vida no ambiente escolar.

Outra ação desenvolvida e executada pela CGPAE derivou da interação do PNAE com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD², com foco na promoção da alimentação adequada e saudável. O primeiro movimento resultou na revisão dos conteúdos dos editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação das obras didáticas para o PNLD, que passaram a incluir, no rol dos critérios eliminatórios comuns, a obrigatoriedade de abordar atividades e propostas temáticas voltadas para a valorização dos cuidados com a alimentação saudável (CASTRO; MELGAÇO; SOUZA; SANTOS, 2019).

Em um segundo momento as ações se voltaram para a alteração das capas das obras a serem distribuídas aos estudantes por meio do PNLD. Até 2015, o hino nacional brasileiro esteve presente na quarta capa do livro didático. A partir de 2016, a quarta capa passou a veicular mensagens sobre alimentação saudável, em função da proposta da inclusão da EAN nas escolas públicas da educação básica, e o hino nacional passou a ser impresso na terceira capa (CASTRO; MELGAÇO; SOUZA; SANTOS, 2019).

As capas dos livros distribuídos pelo PNLD contêm ilustrações e mensagens que buscam incentivar a reflexão sobre a alimentação e sua interface com questões da vida cotidiana, com o sistema alimentar (produção, distribuição, comercialização e consumo) e com a sustentabilidade. Além disso, buscam fomentar a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, alinhados às recomendações do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014).

A quarta capa de cada componente curricular aborda um tema mobilizador específico. A intenção é que as quartas capas sejam um dispositivo para despertar o interesse, potencializar diálogos e entrelaçar ideias de estudantes, educadores e toda comunidade escolar. Abaixo segue a figura de uma das capas distribuídas por meio dessa ação:

² O PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (MEC, 2021). O Programa, assim como o PNAE, é executado pelo FNDE.



Figura 1 – Quarta capa dos livros distribuídos aos anos iniciais do ensino fundamental pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático no ano de 2019



Fonte: FNDE, 2018.

Essa ação teve como objetivo cumprir com uma das diretrizes do PNAE relacionada à promoção da EAN no ambiente escolar e à meta do PPA 2016/2019, isto é, promover, em 83,5 mil escolas de educação básica, ações voltadas para a educação em direitos humanos, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para as relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura por meio da articulação com sistemas e redes de ensino. O quadro 3 apresenta os dados do PNLD por ano: números de exemplares distribuídos, de alunos e escolas beneficiados.

Quadro 3 – Dados do PNLD por ano e nível de ensino, 2017 a 2019

PNLD	Quantidade de exemplares distribuídos	Número de alunos beneficiados	Número de escolas beneficiadas
2016 – Ensino Fundamental (anos iniciais)	57.311.169	12.760.093	98.703
2017 – Ensino Fundamental (anos finais)	79.216.538	10.238.539	49.702
2018 – Ensino Médio	89.381.588	7.085.669	19.921
2019 – Ensino Fundamental (anos iniciais)	80.092.370	12.189.389	92.467
2020 – Ensino Fundamental (anos finais)	80.528.321	10.197.262	48.213

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do FNDE, 2020.

Estudo de Greenwood e Fonseca (2016) descreveu como a EAN se constitui dentro do livro didático da Educação Básica, visualizando possibilidades para a sua otimização. Os autores indicam que os livros didáticos constituem espaços potenciais de acesso a EAN pelos



estudantes das escolas públicas. Os livros podem fomentar reflexões sobre a alimentação escolar, permitindo e fortalecendo o processo educativo em alimentação dentro da escola:

A cotidianidade da merenda escolar, por exemplo, naturalmente resulta em diálogos entre aqueles que dela se beneficiam, ou seja, alunos e, por vezes, professores. Todavia, esses diálogos não têm, necessariamente, uma intencionalidade educativa, esvaziando, assim, oportunidades valiosas para um processo educativo baseado na realidade concreta. O texto e as atividades propostas pelo livro didático podem oferecer o gatilho que injetaria intencionalidade a estas discussões, enriquecendo esta ação educativa (GREENWOOD; FONSECA, 2016, p. 214).

De acordo com Recine (2017), o PNAE tem passado por diversas melhorias, tanto na qualidade da alimentação e na dinamização do desenvolvimento local, quanto nas medidas direcionadas a ampliar e qualificar uma outra dimensão essencial do Programa, que é a promoção da alimentação adequada e saudável por meio de estratégias de educação alimentar e nutricional:

Os livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação incluíram na contracapa mensagens sobre o tema; está em curso um processo complexo para estimular a inserção transversal de temas de alimentação e nutrição no currículo escolar por meio da revisão de conteúdo dos livros didáticos. Além disso, a implementação de ações de educação alimentar e nutricional no cotidiano escolar está sendo estimulada com iniciativas como a Jornada de Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas de Educação Infantil Atendidas pelo PNAE (RECINE, 2017, p.2).

Importante ressaltar que em janeiro de 2020 o FNDE, em parceria com o Ministério da Educação, publicou o Edital de Convocação Nº 1/2020 – CGPLI do 1º Concurso “Sua Arte no Livro Didático”. Esse concurso teve como objetivo selecionar as melhores artes cuja temática seja a Bandeira Nacional para integrarem a quarta capa de livros didáticos que compõem o PNLD destinado a atender ao ensino médio em 2021, substituindo assim, as capas com mensagens sobre alimentação adequada e saudável.

Apesar do valor da EAN como instrumento de promoção da alimentação adequada e saudável, da ampla presença dos livros didáticos nas escolas e da posição privilegiada que eles possuem para promover e orientar práticas pedagógicas dentro do contexto escolar, as políticas públicas acabam ficando à mercê de decisões políticas que não estão necessariamente baseadas no bem comum da sociedade. É o caso que se apresenta, da substituição de temáticas associadas a alimentação saudável por desenhos da Bandeira Nacional, contrariando os próprios dispositivos legais relacionados ao PNAE.

Recine (2017) trouxe um alerta sobre os riscos que o PNAE corre considerando as mudanças institucionais e os cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016. Ela ressalta a importância de se manter o conjunto de aspectos que configuram o PNAE como exemplo a ser seguido, tais como o fortalecimento do processo produtivo local sustentável e ações de educação alimentar e nutricional.

A descontinuidade de ações e de políticas públicas é um dos maiores entraves da política educacional do país. Garcia e Farias (2005, p. 68) apontam:

É cada vez mais frequente que a cada período governamental programas e propostas sejam abandonados, sem qualquer avaliação ou discussão sobre seus êxitos e fracassos, com o recomeço de outras atividades que podem guardar ou não relação com as anteriores.

Atualmente vivemos um cenário de violações dos direitos humanos, que é agravado pela crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus, COVID-19. Nesse sentido:



A pandemia global gerada pelo SARS-CoV-2 trouxe à tona as desigualdades sociais, como a ameaça ao Direito Humano à Alimentação Adequada, temática suprimida da agenda do Governo Federal nos últimos anos. O Estado como garantidor da segurança alimentar e nutricional vem perdendo relevância por meio da agenda neoliberal [...]. Não bastasse tamanho arsenal de iniciativas antipopulares, no primeiro dia do governo Jair Bolsonaro o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi extinto sumariamente numa clara demonstração da irrelevância da questão alimentar para o Poder Executivo Federal (SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020, p. 1).

A previsão é que as capas com mensagens associadas à alimentação adequada e saudável estejam presentes novamente nos livros do próximo PNLD, a serem distribuídos em 2022 nas escolas públicas. As capas dos livros do PNLD 2022 direcionadas aos estudantes e professores da Educação Infantil já foram elaboradas pelo FNDE em parceria com o Ministério da Saúde e tratam do incentivo ao aleitamento materno e a alimentação complementar.

É válido ressaltar que cada PNLD tem um ciclo de três anos. Os livros distribuídos por meio dos PNLDs de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 foram contemplados com mensagens e ilustrações de temas relacionados à segurança alimentar e nutricional. Desta forma, alguns exemplares com essas mensagens estarão em circulação até 2023.

Considerando a dimensão do PNLD e a sua importância para a formação dos estudantes, essa ação do PNAE em parceria com o PNLD pode ser uma estratégia importante para o incentivo a modos de vida saudáveis e sustentáveis e a promoção da alimentação adequada e saudável.

Além dessas ações executadas diretamente pela equipe da Coordenação do PNAE, o FNDE firma parcerias com universidades públicas federais por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs³).

Das parcerias firmadas entre o FNDE e os CECANEs, resultam produtos como o apoio técnico ao FNDE, monitoramento e assessoria às Entidades Executoras, formação de atores envolvidos com o PNAE, elaboração de materiais didáticos e gerenciamento da Rede Brasileira de Alimentação Escolar (REBRAE).

Dentre os vários projetos executados pelos centros colaboradores, destacam-se cursos a distância para formação em educação alimentar e nutricional. Esses cursos têm como objetivo apoiar a qualificação de profissionais atuantes no PNAE, tanto da área de Nutrição como de Educação, para o planejamento e o desenvolvimento de ações transversais, transdisciplinares e permanentes de EAN na comunidade escolar em que atuam.

Destas parcerias também resultam trabalhos pedagógicos, como a publicação do livro *Educação Alimentar e Nutricional: articulação de saberes e o jogo digital SEEDS de Educação Alimentar e Nutricional*⁴, ambos produtos do CECANE da Universidade Federal do Ceará. O livro tem como objetivo instrumentalizar nutricionistas, professores e demais profissionais para as práticas de EAN no âmbito do PNAE. O jogo, com a temática da alimentação adequada e saudável, é uma ferramenta de aprendizagem lúdica e divertida aos estudantes, que possibilita a inserção da EAN na escola.

Outra ação que envolve EAN que foi desenvolvida e executada pela CGPAE foi o concurso “Melhores Receitas da Alimentação Escolar” que aconteceu em duas edições, sendo

³ Os CECANEs são unidades de referência e apoio constituídas, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para desenvolver ações de interesse e necessidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas prioritárias e nas formas de atuação definidas pelo FNDE. A parceria é feita mediante a celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) – Termos de Cooperação (TC) a serem desenvolvidos a partir de planos de trabalho por meio de descentralização de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros (FNDE, 2020).

⁴ Livro e Jogo digital disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-educacao-alimentar-nutricional>



a primeira em 2015 e a segunda em 2017. Consistiu na escolha, divulgação e premiação de receitas culinárias feitas por merendeiras da alimentação escolar que trabalham em escolas públicas beneficiárias do PNAE (BRASIL, 2015; FNDE, 2017).

O concurso teve como objetivo valorizar o papel das merendeiras na promoção da alimentação saudável e adequada no ambiente escolar e mobilizar a comunidade escolar para a temática da educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2015; FNDE, 2017). Para concorrer, a merendeira precisou inscrever uma receita relacionada com, pelo menos, uma atividade de EAN desenvolvida na escola de atuação onde atua.

Das 2.433 merendeiras inscritas na primeira edição, cinco foram selecionadas e premiadas com valores em dinheiro correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada e mais uma viagem de uma semana para Santiago do Chile. Já a segunda edição premiou quinze merendeiras das 2.252 inscritas. O prêmio constituiu valores pagos em dinheiro, além de viagens internacionais para as primeiras colocadas. As receitas premiadas de ambas as edições deram origem a duas publicações do FNDE. Desta forma, verificamos que esta é uma ação que também promove a EAN nas escolas.

Silva et al. (2021) destacam a importância dos CECANEs na execução do PNAE, viabilizando a distribuição adequada dos gêneros alimentícios durante a pandemia da COVID-19. O CECANE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por exemplo, apoiou a distribuição da alimentação escolar no estado, realizando ações de orientação acerca da montagem e distribuição da alimentação escolar, prestação de contas e participação do controle social. Este trabalho firma e legitima o papel do CECANE e da universidade pública para a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional.

3. CONCLUSÃO

Apesar de a educação alimentar e nutricional ser reconhecida como um campo de saberes e práticas estratégico para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais atuais e para a promoção da alimentação adequada e saudável, muitos desafios estão presentes no cotidiano escolar e na prática dos profissionais envolvidos com essa temática. O fortalecimento da agenda pública de ações relacionadas ao PNAE é mais que necessário no contexto brasileiro atual de ampliação da fome e insegurança alimentar e nutricional. Iniciativas que apoiem a oferta de refeições de qualidade, a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, o apoio aos Conselhos de Alimentação Escolar e a realização de ações de EAN nas escolas contribuem para a execução adequada do programa, que pretende ser um espaço de aprendizagem, produção de conhecimentos e práticas promotoras da saúde e de modos de vida saudáveis.

Ao analisar dispositivos legais do PNAE e iniciativas desenvolvidas pela CGPAE para o fomento e apoio a EAN em ambiente escolar, é possível concluir que existe respaldo legal, referências técnicas e experiências bem sucedidas em diferentes instâncias – federal, estadual e municipal – que possam incentivar e inspirar diferentes atores sociais do PNAE a incluírem ações de EAN nas rotinas das escolas.

A continuidade de parcerias com os CECANEs, das ações da Jornada de EAN, das mensagens e ilustrações nas quartas capas dos livros didáticos são algumas das ações que podem contribuir com a melhoria da alimentação escolar.

Indicamos a importância da articulação de diversos setores e programas educacionais do FNDE com o PNAE a fim de incentivar e fortalecer a EAN no ambiente escolar, a exemplo da parceria com a Coordenação do PNLD para as quartas capas dos livros didáticos. Além disso, é fundamental que a gestão federal do PNAE continue construindo sistematicamente espaços cada vez mais sólidos e eficientes para a divulgação e fortalecimento da educação alimentar e nutricional no Programa. É necessário que as iniciativas aqui analisadas sejam mantidas e



divulgadas à população, especialmente aos envolvidos com o PNAE, buscando assim melhorar a adesão de todos os atores sociais às ações de EAN, com destaque para os estudantes.

O estudo evidencia que as iniciativas voltadas a EAN desenvolvidas pela gestão federal do PNAE são essenciais para o fortalecimento da promoção da alimentação adequada e saudável, possibilitando que o Brasil avance no campo da segurança alimentar e nutricional, dos direitos humanos, da cidadania e da qualidade da educação pública.

4. REFERÊNCIAS

BEZERRA, José Arimatea Barros. **Educação Alimentar e Nutricional**: articulação de saberes. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Resolução nº 6 de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Brasília: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Ministério da Educação/Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica. 2014.

BRASIL. **Edital de 9 de setembro de 2015**. Concurso "Melhores Receitas da Alimentação Escolar". Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, nº 173, p. 39, 10 set. 2015.

CASTRO, Solange F.F.; MELGAÇO, Mariana Belloni; SOUZA, Vanessa M.G. de; SANTOS, Karine S. dos. Convergência de políticas públicas educacionais na promoção da alimentação adequada e saudável. **Rev Panam Salud Publica**, [s.l.], v. 43, ed. 96, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51716/v43e962019.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Edital N° 003/2017**. Concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar - 2ª Edição [online] 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/campanhas/pnae-concurso-melhores-receitas> Acesso em: 14 mar. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Educação Alimentar e Nutricional – EAN [online]**. 2018. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/pnae-educacao-alimentar-nutricional>.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Portal do FNDE**. [internet]. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-centros-colaboradores-e-uae>.

LOURENÇÃO, Luiz Felipe de Paiva. **Avaliação nutricional de pré-escolares e a implementação de um programa educativo nutricional voltado aos servidores da educação infantil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/34939>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GARCIA, Walter Esteve; FARIAS, Isabel Maria Sabino. Estado, Política Educacional e Inovação Pedagógica. **O Público e o Privado**, [s.l.], n. 5, p. 61-74, 2005. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=249>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREENWOOD, Suzana de Azevedo; FONSECA, Alexandre Brasil. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro didático. **Ciência e Educação, Bauru**, v. 22, n. 1, p. 201-218, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320160010013>. Acesso em: 14 maio 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **PNLD [online]**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-acoes-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>. Acesso em: 29 de nov. 2021.

OLIVEIRA, A.M; MASIERO, F; SILVA, O.C.G; BARROS, S.G. Metodologias ativas de ensino e aprendizagem na educação alimentar e nutricional para crianças: uma visão nacional. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, [s.l.] v. 12, n. 73, p. 607-614, 2018. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/750>.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=en&nrm=iso.



RECINE, Elisabetta. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.33, n. 12, s.p., 2017.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000500011>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 455-462, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000200018>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SILVA, Rônison Thomas de Oliveira *et al.* Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, n. 00, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661897>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JUNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, s.p., 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500506&lng=en&nrm=iso.

ZANCUL, Mariana de Senzi. Educação Alimentar na Escola: Para Além da Abordagem Biológica. **Temas em Educ. e Saúde, Araraquara**, v.13, n.1, p. 14-23, 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/78e3cd5e664243898fa74d3fc9516257>.

